
Literatura e história na América Latina: representações de gênero

*Cecil Jeanine Albert Zinani**

Resumo: Os estudos culturais de gênero, versando sobre a literatura latino-americana, têm se tornado objeto de estudo de inúmeros pesquisadores que procuram organizar essa reflexão, de modo a estruturar um referencial teórico que dê a esse assunto a densidade e a consistência que detém na América do Norte e Europa. Dessa maneira, este texto pretende apresentar uma reflexão sobre o entrecruzamento das problemáticas de gênero e regionalidade na reconstituição histórica da América Latina, bem como o papel da mulher na formação da identidade nesse contexto.

Palavras-chave: estudos de gênero, história, regionalidade.

Abstract: Cultural studies on gender, dealing with Latin American literature, have become object of study for a countless number of researchers who try to organize that reflection, in such a way as to structure a theoretical reference that may give the subject the density and consistency that it holds in North America and Europe. Thus, this text intends to present a reflection on the intersection of issues like gender and regionality in the historical reconstitution of Latin America, as well as the role played by women in identity formation in that context.

Key words: studies on gender, history, regionality.

Introdução

A segunda metade do século XX foi um período marcado por profundas transformações, em que padrões sociais, econômicos e políticos tiveram seu estatuto questionado, tendo ocorrido rupturas nas modalidades de interação e dominação até então existentes. Se essas

* Professora no Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul; Doutora em Letras – Literatura Comparada pela UFRGS. E-mail: cezinani@terra.com.br

modificações sucederam praticamente em toda a civilização ocidental, pode-se afirmar que, na América Latina, elas aconteceram de forma mais acentuada, visto que os últimos tempos foram marcados por uma multiplicidade de experimentos oligárquicos, tais como: ditaduras, tentativas liberais, experiências populistas, movimentos populares, ensaios modernizantes, o que, de certa maneira, reflete a pluralidade étnica, cultural, social, econômica e política do labirinto latino-americano, com reflexos significativos na produção literária ocorrida no continente.

O entendimento da América Latina como uma região perpassa a produção simbólica, na medida em que essa criação expressa formas de pensamento difundidas nas sociedades latino-americanas e espelha dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. A problemática regional emerge em um fazer literário que discute uma visão de mundo social nos mais variados aspectos, entre os quais a questão do gênero revela-se bastante significativa.

Os estudos de gênero, cuja origem remonta ao movimento feminista da década de 60, procuraram evidenciar a diferença entre os gêneros e tornar manifesta a subordinação da mulher em muitos setores da sociedade, o que originou organizações para a discussão dos direitos das mulheres. Esses movimentos, de alguma maneira, realimentaram as transformações e facultaram a evolução desses estudos, possibilitando que o gênero feminino adquirisse visibilidade. Além disso, o reconhecimento de que a experiência da mulher enquanto leitora e escritora é diferente da experiência do homem provocou uma modificação significativa nos paradigmas de universalidade do masculino então vigentes. Como consequência, a atenção da crítica foi atraída para obras de ficção produzidas por mulheres em que elas constituem o sujeito e não mais o objeto do foco narrativo, na medida em que refletem a condição feminina ou se debruçam sobre um acervo cultural silenciado.

A categoria gênero existe dentro de um contexto ideológico, como parte de um processo de construção social e cultural, envolvendo a problemática do poder, o que evidencia assimetria e desigualdade. Dessa maneira, as questões de gênero na América Latina remetem para a dominação patriarcal, remanescente do período colonialista. Essa dominação, denominada por Max Weber (1999) dominação tradicional, apóia-se na crença da santidade das ordenações vindas de tempos imemoriais e legitima-se tanto pela força da tradição que demarca o conteúdo dos ordenamentos como pelo livre-arbítrio do senhor. A análise dessa modalidade de exercício do poder é particularmente relevante não

só para estudar as relações de dominação da mulher, como também para constatar o desafio e a subversão à cultura patriarcal dominante.

A transformação da mulher de objeto em sujeito implica a eclosão de uma problemática impensável em épocas anteriores e com repercussões ainda não totalmente avaliadas. Como crenças e concepções estabelecidas desde os primórdios da civilização têm seu estatuto abalado pela perspectiva de liberdade e realização pessoal, o espaço da mulher passa a ser, efetivamente, um espaço privado, próprio, em que, depois da luta pela igualdade, constata-se o empenho para que haja o reconhecimento da diferença, por isso estudar as relações de gênero transformou-se em objeto de pesquisa muito significativo, congregando um número expressivo de intelectuais de diversas áreas do conhecimento, entre elas, estudiosos da teoria da literatura.

A necessidade de ampliar os estudos críticos de literatura latino-americana foi constatada por Arrigucci Júnior (1999), quando destaca a excelência da produção literária latino-americana e a indigência de uma crítica rigorosa. Além disso, salienta o desconhecimento dos autores, mesmo entre os militantes das mesmas fileiras. Assim,

o silêncio maciço quanto à literatura hispano-americana somente é quebrado pelo eco do alarido que a imprensa européia ou norte-americana levanta em torno desta ou daquela figura em moda, ou pelo impacto que causa um filme de diretor importante, com argumento baseado em obra hispano-americana ou por algum prêmio literário. Nos últimos tempos, vai-se tornando rotineira uma situação extraordinária: os escritores apenas entram em contato no exílio comum. (ARRIGUCCI, 1999, p. 111).

Se Arrigucci Júnior constata a invisibilidade dos autores latino-americanos em geral, há que se questionar como fica a situação das mulheres que escrevem, classe que teve, em muitos casos, a sua produção intelectual marginalizada.

Tanto na América Hispânica como no Brasil, os estudos de gênero na literatura não têm a mesma expressão que na França, nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Portanto, investigações sobre esse tema, associadas à história e à região, tornam-se cada vez mais relevantes, na medida em que contribuem para ampliar os estudos críticos relativamente a essa questão.

Dentro de uma perspectiva mais ampla, as problemáticas de gênero e de regionalidade se entrecruzam na reconstituição histórica da América Latina e na discussão do papel da mulher na formação da identidade pessoal e de gênero. Considerando esses aspectos, serão abordadas algumas idéias sobre literatura e história, gênero e literatura e literatura e regionalidade.

Na introdução à obra autobiográfica *O país sob minha pele*, Gioconda Belli (2002, p. 15) declara textualmente: “Duas coisas que não decidi acabaram decidindo minha vida: o país onde nasci e o sexo com que vim ao mundo.” Nascida na Nicarágua, país esfacelado por abalos sísmicos, lutas políticas e problemas sociais, e sendo mulher, pertencente a um estrato social superior dentro de uma sociedade patriarcal, Belli consegue subverter ambas as condicionantes e afirmar-se como ser humano, patriota e escritora.

Literatura e história

A consciência histórica, produto da síntese entre o passado remoto da conquista europeia (espanhola e portuguesa), o passado recente das ditaduras que varreram o continente e o presente de frágeis democracias, são uma das possibilidades de representação da formação da identidade pessoal e de gênero e sua relação com a identidade nacional.

A discussão sobre a relação entre literatura e história remonta a Aristóteles, na *Poética*. (1988, p. 28). Afirma o autor que o historiador narra acontecimentos que sucederam efetivamente com personagens reais, enquanto o poeta aborda fatos que poderiam acontecer, daí a constatação da particularidade da história em oposição à universalidade da literatura. No entanto, explicitando a possibilidade de utilização de acontecimentos e personagens reais, ressalta que “nas tragédias, os autores se apóiam em nomes de pessoas que existiram; a razão é que o possível é crível”. (1988, p. 29). Salienta, ainda, que o poeta é um criador, mesmo quando imita ações reais. Hutcheon (1991, p. 146) retoma esse tema quando aponta as semelhanças entre romance realista e história narrativa, “dois gêneros que têm em comum um desejo de selecionar, construir e proporcionar auto-suficiência e fechamento a um mundo que seria representacional”. Todavia, é relevante considerar que o discurso literário não tem seu estatuto questionado em relação à veracidade e, sim, à verossimilhança.

Inegavelmente, há uma relação de reciprocidade entre história e literatura. A literatura, operando com o imaginário, tem no processo

histórico uma fonte privilegiada, enquanto o entendimento da história relaciona-se ao imaginário, para organizar seu sentido, já que processos sociais emergem nos textos literários, mesmo quando embrionários e pouco perceptíveis para o ser humano comum. Além disso, o passado somente é acessível através de textos, ou seja, a produção simbólica é um elemento norteador para a compreensão do passado, dessa forma, também a história necessita do processo narrativo.

Na obra *O labirinto latino-americano*, Ianni (1993, p. 9-10) apresenta a América Latina como a síntese de uma diversidade de perspectivas, visões de história e idéias que, embora diferentes, apresentam um núcleo comum “que não só expressa, mas também constitui a América Latina”, conferindo-lhe a dimensão de região.

A América Latina é formada por países que possuem características próprias, expressas na língua, história, cultura, raça, nas tradições, nos heróis, enfim, nas maneiras singulares de articular formas de vida e trabalho. No entanto, ainda segundo Ianni, em meio a tanta diversidade, pode-se dizer que existe uma problemática latino-americana que se constitui por meio de “amplo intercâmbio, compreendendo conceitos e temas, sem os quais não se esclarece satisfatoriamente a forma pela qual a idéia de América Latina se organiza, desenvolve, rompe e recria”. (IANNI, 1993, p. 10). Essa idéia não se desenvolve linearmente, mas por meio de avanços e recuos, já que tanto o movimento das forças sociais como os pressupostos teóricos sofrem contínua reorientação. A história e o pensamento se organizam através de temas e interpretações que indicam as convergências e similaridades, uma vez que há épocas em que os problemas são praticamente os mesmos em todos os países. Com isso não se pretende elidir as diferenças e peculiaridades, mas chamar a atenção para o caráter de regionalidade que domina o continente latino-americano.

Dentro dessa perspectiva, Ianni aponta para o conceito de Nossa América, enunciado por Martí, que se defronta com o pensamento latino-americano, em várias circunstâncias, especialmente, nas lutas pela independência de alguns países do Caribe, como Cuba, Porto Rico.¹ Esse conceito já se encontrava nas proposições de Bolívar, no século XIX, e traduzia a preocupação em livrar o continente das influências européia e norte-americana. A dominação de caráter externo, de acordo com Lopes (1998), sempre se articulou com a dominação interna, representada pelas elites nativas, desde o tempo do colonialismo mercantilista até a época do capitalismo monopolista, inclusive as lutas pela independência,

nada mais foram que uma reordenação dos vínculos com a Europa, atendendo aos propósitos do capitalismo industrial, na expectativa de ampliar os mercados consumidores.

A história do pensamento da América Latina organiza-se com base em diversas interpretações, que expressam tendências, escolas ou estilos, às vezes complementares, às vezes contraditórias, mas que, “tomadas em conjunto, podem formar um sistema encadeado, oferecer uma imagem múltipla e nuançada do que tem sido a América Latina. E do que pode ser”. (IANNI, 1993, p. 12).

Em termos literários, como constatado por Loureiro Chaves (1973), é possível aproximar a produção cultural de Brasil e América Hispânica, devido à semelhança da evolução literária, por meio da Literatura Comparada. Afirma o autor que “estas aproximações se tornam mais evidentes e delineiam uma perspectiva: a ficção da América Latina tende a ser um único processo na fundação da nova linguagem que expresse a realidade fantástica e a identifique”. (p. 13). Ou seja, há um processo histórico comum, agindo sobre o imaginário, que possibilita a formação de uma identidade espacial específica, revelada pela literatura.

Coronel (1993, p. 48), ao analisar o diálogo entre literatura latino-americana e história, constata a presença de “um projeto social substitutivo – explícito ou implícito no mundo narrativo”. Isso significa que há, no romance latino-americano preocupado com a história, a busca de uma utopia, de um mundo melhor, busca essa que reflete os sonhos do escritor, ao mesmo tempo em que se converte em porta-voz dos anseios da comunidade.

Grande parte da literatura de autoria feminina, produzida na América Latina, estabelece relações significativas com a história, na medida em que questiona a própria escritura da história, vista como produto de uma cultura hegemônica e androcêntrica. Não se trata de incluir o elemento feminino na história já escrita, mas de repensar essa história a partir da perspectiva da mulher. Assim, a síntese entre literatura e história, por meio do estudo crítico, permite a percepção de um modelo de sociedade que desvela a discriminação sofrida por quem não pertence ao segmento dominante e possibilita a difusão da idéia de construção de um “projeto substitutivo” no mundo real, considerando a discussão sobre as questões de gênero e literatura.

Gênero e literatura

Showalter (1994, p. 24), ao traçar um panorama da crítica feminista, em ensaio publicado no início da década de 80, afirma que o domínio do território da crítica, por ela denominado “território selvagem”, é essencialmente masculino, conseqüentemente, existe uma hermenêutica de cunho masculino que procura responder às questões propostas a partir de uma tradição patriarcal, na qual está inscrito um sujeito androcêntrico, cuja ideologia interdita a aceitação do discurso do outro, nesse caso, do discurso marginalizado da mulher. Uma crítica de feição feminista, refletindo sobre a especificidade do feminino, procura responder a perguntas diferentes suscitadas pelo texto, agora feitas por mulheres, tanto autoras quanto leitoras. Assim, a possibilidade da concretização do projeto iluminista de emancipação intelectual da mulher passa pela reorientação da história e da interpretação literária, tanto revisando a organização do cânone, como verificando as vozes excluídas. Dentro dessa perspectiva, a autora apresenta duas modalidades de crítica centradas na figura feminina: a mulher como leitora (crítica ideológica) e a mulher como escritora (ginocrítica). A primeira modalidade, de caráter revisionista, procura oferecer textos que veiculam imagens e estereótipos da mulher na literatura, aproveitando os modelos já existentes e, na medida em que critica ou revisa a teoria masculina, de certa maneira, mantém-se na dependência desta, o que dificulta o desenvolvimento de uma abordagem genuinamente feminista. Devido a isso, a autora defende a criação de um modelo teórico próprio, desvinculado do quadro de referência masculino.

A segunda modalidade de crítica, denominada ginocrítica, refere-se à mulher como escritora e procura investigar os aspectos pertinentes à produção literária, preocupada em identificar a especificidade dos escritos das mulheres. Uma das formas de verificar essa última modalidade consiste em reconhecer, além da caracterização da personagem feminina e das estruturas narrativas que determinam seu destino, o papel do narrador como instância enunciativa. Dessa maneira, pode-se afirmar que o enunciador, como elemento portador da ideologia, pode apresentar caráter emancipador ou não, na medida em que demonstra, ou não, uma posição coerente com os postulados feministas.

Dominação e autoritarismo são elementos que envolvem as relações que permeiam a situação da mulher na sociedade, sendo questionadas em obras que procuram verificar como ocorre a representação feminina e analisadas a partir de posicionamentos teóricos nem sempre convergentes,

mas que apresentam como elemento comum a questão da diferença. Assim, retomando o pensamento de Showalter (1994, p. 29), no ensaio já referido, observa-se que a autora considera a ginocrítica mais produtiva que a crítica ideológica, uma vez que redefine o problema, dando especial atenção aos aspectos específicos que caracterizam a escrita feminina. Na tentativa de explicar a escrita das mulheres, Showalter apresenta como pressuposto fundamental a questão da diferença, procurando verificar de que maneira as mulheres constituem um grupo produtor de literatura diferente do grupo masculino e no que consiste essa diferença. Para analisar o projeto teórico da crítica feminista a partir da diferença, a autora discute quatro modelos teóricos: biológico, lingüístico, psicanalítico e cultural.

O modelo cultural, defendido por Showalter reconhece a igualdade na diferença, apresenta as diferenças de classe, raça, nacionalidade, ao mesmo tempo em que enfatiza a experiência coletiva no conjunto cultural. Nessa perspectiva, a diferença é denominada “zona selvagem”, sobre a qual a autora afirma: “A zona selvagem torna-se o lugar da linguagem revolucionária das mulheres – a linguagem de tudo o que é reprimido.” (1994, p. 49). Embora a autora não privilegie o modelo lingüístico, recupera a idéia pelo estudo da linguagem para analisar a situação cultural da mulher e a diferença. Essa análise é relevante no sentido de verificar como ela vê o outro, como é vista pelo grupo dominante e, conseqüentemente, por si mesma.

Como ocorre com as minorias, a voz da mulher sempre foi silenciada, o que a impediu de desenvolver uma linguagem própria. Desse modo, para poder expressar-se, precisa utilizar a linguagem do gênero dominante, através do desenvolvimento de uma modalidade de articulação de sua consciência por meio de ritos e símbolos que se configuram num espaço próprio. Dessa maneira, o espaço feminino deve ser, segundo Showalter (1994),

o lugar de uma crítica, uma teoria e uma arte genuinamente centradas na mulher, cujo projeto comum seja trazer o peso simbólico da consciência feminina para o ser, tornar visível o invisível, fazer o silêncio falar [...]. A escritora/heroína, freqüentemente guiada por outra mulher, viaja para “o país natal” do desejo liberado e da autenticidade feminina; cruzar para o outro lado do espelho, como *Alice no país das maravilhas* (!), é geralmente um símbolo da passagem. (p. 48-49).

Outro aspecto relevante apontado por Showalter (1994, p. 53) é que a ficção escrita por mulheres constitui um modelo polifônico “contendo uma estória ‘dominante’ e uma ‘silenciada’, o que Gilbert e Gubar chamam de ‘palimpsesto’”. Por apresentar esse teor, a escrita feminina impõe um duplo esforço de decodificação, uma vez que remete para a necessidade da leitura das entrelinhas e da interpretação do não-dito, o que viabiliza o entendimento do sentido latente do texto – a história silenciada, a qual aponta para a possibilidade de libertação não só da mulher, mas também do homem e da nação,² orientando e organizando a estruturação de uma nova realidade, em que os papéis de mulheres e de homens são redefinidos, e o conceito de nação é redimensionado.

Ainda dentro da base teórica da escritura feminina, Showalter procura estabelecer estratégias para constituir o estatuto de uma crítica feminista. A primeira estratégia consiste em delimitar o espaço cultural da identidade feminina, bem como situar as escritoras em relação às variáveis da cultura literária. Outra estratégia refere-se à análise contextual, procurando compreender o significado não só da escritura feminina, como dos múltiplos produtos culturais. A autora recomenda o contato direto com a obra, já que não há teoria que substitua esse conhecimento. Os conceitos devem ser usados em relação ao que as mulheres escrevem e não ao que, idealmente, deveriam escrever.

Defendendo uma posição diferenciada em relação a Showalter, Teresa de Lauretis (1994) discute o conceito de gênero na escritura feminina, apontando os problemas provenientes da imbricação desse conceito com a questão da diferença. Conforme a autora,

a “diferença sexual” é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino; e mesmo os conceitos de “diferenças sexuais” derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos [...] acabam sendo em última análise uma diferença (da mulher) em relação ao homem – ou seja, a própria diferença no homem. (LAURETIS, 1994, p. 207).

Queiroz (1997, p. 32) apresenta outro ponto de vista, propondo uma crítica feminista a partir do modelo formulado por Jauss “nas três funções básicas de *Poiesis*, *Aisthesis* e *Katharsis*” (1979, p. 44), termos que se referem à produção, recepção e comunicação poéticas. Utilizando essa tradição masculina, Queiroz procura reler as obras a partir de uma posição marcada pelo gênero, propondo, para a leitura dos textos, novos

parâmetros interpretativos, já que a leitura das mulheres está situada em um horizonte de expectativas adequado à experiência feminina, diferente daquela pertencente à leitura dos homens, validada pela tradição. Para tanto sugere a releitura das obras, propondo uma reavaliação a partir do ponto de vista feminino, possibilitando o estabelecimento de outras perguntas a que o texto deve responder, o que vai abrir um campo original de discussão, oportunizando, conseqüentemente, novas interpretações. Dessa maneira,

a prática crítica feminista vem procurando desestabilizar os modelos de leitura, de crítica e de historiografia literárias de maneira a tornar explícitas as marcas de gênero que, na tradição patriarcal (social) e na tradição acadêmica (literária) definiram-se sempre na correlação dos valores masculinos com os valores universais. (QUEIROZ, 1997, p. 36).

Essa estratégia procura estabelecer uma modalidade de crítica que possibilite a formação de sentidos da obra literária, considerando a experiência da mulher, ou seja, “produzir sentidos compatíveis com as experiências do universo simbólico e social feminino”. (QUEIROZ, 1997, p. 41).

Um projeto adequado de crítica feminista necessita priorizar a discussão que envolve o estabelecimento da identidade, na medida em que a subjetividade se funda na particularidade e na diferença, e tem, como um de seus pressupostos básicos, a fuga da homogeneização. Essa busca da diferença possibilita a aproximação de manifestações culturais e representações do imaginário de múltiplas vozes, por meio da qual pode concretizar-se a valorização do “outro”, enquanto portador de conhecimento e vivência singulares.

Rita Schmidt, em “Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina” (1995), aponta, primeiramente, a visibilidade feminina que se constituiu a partir da década de 70, através de pesquisas e estudos, legitimando-se

no âmbito das instituições, desencadeando discussões que vão da construção cultural do sujeito de gênero (masculino/feminino) nos sistemas de representação simbólica ao questionamento dos aspectos logo e etnocêntricos da episteme ocidental moderna. (p. 182).

Em contrapartida, discute a “invisibilidade” das mulheres escritoras com referência aos postulados críticos fundados numa tradição androcêntrica, de origem européia, cujos paradigmas elegeram a representação masculina como valor universal e, portanto, de caráter verdadeiro e válido, uma vez que está ancorada nas práticas sociais de uma sociedade machista e patriarcal. Afirma a autora que, atualmente,

não há mais como sustentar os pressupostos pretensamente neutros e a-históricos dos métodos da crítica literária tradicional. Todo o critério de avaliação e interpretação é historicamente limitado, mutável em função de condições sociais e históricas e em função de referenciais teóricos, esses também variáveis no contexto daquelas condições. Acrescenta-se a isso o fato de que os sentidos de uma obra se alteram segundo as condições distintas de seu contexto de produção e recepção. (SCHMIDT, 1995, p. 186).

Schmidt destaca também a importância da inserção da prática discursiva feminina no espaço do logos, classificando-a como um ato político, na medida em que a mulher desconstrói a sua imagem negativa projetada pelas práticas culturais masculinas que constituem a norma, o padrão. A autora complementa, enfatizando que

as construções socioculturais de gênero – masculino e feminino – , na qual os sujeitos se inscrevem, não apenas pela diferença sexual, mas, principalmente, pela socialização através de códigos linguísticos e representações culturais, que traduzem ideologicamente a diferença como divisão e polarização, são categorias fundamentais de nossa produção cultural, pois constituem um sistema simbólico de representação binária cuja característica é a produção da assimetria. Isso significa dizer que as representações de gênero, imbricadas na organização de desigualdade social entre os sexos, configuram-se como instância primária de produção e reprodução da ideologia patriarcal, pois operando na qualidade de uma tecnologia de controle em termos de limites, modelos e significados socialmente desejáveis, gerou um processo disseminado de repressão do feminino. (SCHMIDT, 1995, p. 185-186).

Dessa maneira, a desconstrução do sistema binário, que implica a constituição de um pólo positivo (masculino) em oposição a um negativo (feminino), produtor de assimetria, por meio da própria experiência feminina, é o que vai delegar à mulher a autoridade autoral para,

desarticulando o discurso hegemônico masculino, questionar, primeiramente, a própria formação do cânone e, em seguida, as demais relações de poder que perpassam os fundamentos epistemológicos da sociedade. Para a autora, “a literatura feita por mulheres envolve dupla conquista: a conquista da identidade e a conquista da escritura”. (SCHMIDT, 1995, p. 187). A constituição da identidade feminina é uma das temáticas desenvolvidas em que escritoras, com sua autoridade autoral, dão voz à personagem mulher o que, de certa maneira, representa uma modalidade de superação das limitações a que o processo de exclusão de cunho patriarcal e etnocêntrico a submeteu.

As relações entre identidade, memória e discurso constituem os elementos norteadores da investigação de Schmidt (1998), ao analisar a narrativa escrita a partir da perspectiva feminina em “Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar?” Para a autora, a identidade se organiza nas práticas discursivas intersubjetivas e tem na memória, mais do que um repositório de conhecimentos e lembranças, um elemento cognitivo imprescindível para a formação da identidade. No momento em que a mulher se apropria da narrativa, externando seu ponto de vista, passa a questionar as formas institucionalizadas, promovendo uma reflexão sobre a história silenciada e instituindo um espaço de resistência contra as formas simbólicas de representação por meio da criação de novas formas representacionais.

Nesse sentido, a emergência do “outro” da cultura, ou seja, as mulheres narradoras silenciadas pelas práticas narrativas dominantes da cultura patriarcal, sinaliza um novo episteme narrativo em que novos saberes, para além dos limites sagrados e seculares impostos pela tradição, atualizam um novo sujeito engajado na reconceptualização de si e do mundo. (SCHMIDT, 1998, p. 188).

A representação literária feminina como modalidade de resistência à violência imposta à subjetividade da mulher é a proposta de abordagem realizada por Schneider (2000) em “A representação do feminino como política de resistência”. Nesse ensaio, a autora problematiza a assimetria das relações de gênero estabelecidas pelo sistema patriarcal. O sujeito masculino, dentro das oposições binárias características da filosofia ocidental, é considerado paradigmático, logo, para o sujeito feminino resta a posição de marginalidade. Dessa maneira, a própria representação do feminino se constrói a partir da perspectiva do homem. Constata-se,

então, a importância de a representação do sujeito feminino ser realizada por mulheres, pois isso desencadeia uma série de consequências desde a desconstrução de conceitos tradicionais relativos à identidade e à cultura, até a inserção na esfera privilegiada do poder, viabilizando a alternância no exercício do poder e possibilitando que “as oportunidades de ocupação de espaço na vida pública sejam igualmente oferecidas a ambos os sexos”. (SCHNEIDER, 2000, p. 121).

Showalter, Lauretis, Queiroz e Schmidt, defendendo posicionamentos próprios, delineiam o panorama e traçam as principais diretrizes da crítica feminista na atualidade.

A problemática da regionalidade, cujo eixo central é a preocupação com o espaço, constitui outra categoria de análise literária, que amplia a discussão das relações que permeiam gênero, história e literatura.

Literatura e regionalidade

A questão da regionalidade originou numerosos estudos que têm contribuído para ampliar o entendimento das relações entre história e literatura. Bertussi (1995), no ensaio “O romance contemporâneo na América Latina: um viés para pensar a questão da unidade e identidade”, considerando a unidade entre a diversidade que compõe o continente latino-americano, ressalta o valor das línguas, restritas ao espanhol e português, da etnia e da cultura, apontando, como fator mais evidente “a presença de problemas e busca de soluções comuns para a questão essencial da autonomia e emancipação, da conscientização das massas e dignificação do homem”. (p. 246).

Aprofundando essa discussão, Kaliman (1994) ultrapassa as fronteiras geográficas e apresenta o conceito de região a partir da teoria literária, ao assinalar duas posições já clássicas (o lugar onde se escreve e o lugar sobre o qual se escreve) e acrescentar uma terceira posição que se relaciona ao lugar onde circula a literatura, ou seja, para quem foi produzido o texto. Tanto o espaço da produção cultural como o espaço enquanto tema literário passaram a ser considerados com ênfase a partir do Romantismo. O primeiro posicionamento fundamentou-se na tendência romântica de valorização do nacionalismo e da cor local, o que, segundo o autor, possibilitou que o Romantismo na América Latina fosse uma síntese das tendências européias com os processos históricos e particularidades próprias da cultura latino-americana.

O segundo posicionamento, ou a tematização do espaço, relaciona-se a temáticas que sejam aceitáveis dentro da literatura, considerando-se uma série de critérios aos quais o espaço não está imune. Processo complementado pelas doutrinas realistas, originou, primeiramente, as narrativas regionalistas e, posteriormente, as transculturais. Enfatizando que um dos aspectos da articulação do espaço como referente é constituído pelas escolhas que o autor faz de acordo com o gosto dominante, torna-se possível a inclusão de outros espaços que não haviam sido prestigiados anteriormente. Se literatura regional é aquela produzida por autores que escrevem em certa região e falam sobre essa mesma região, então “el espacio de producción [deve ser] entendido como una determinante de ciertas propiedades del texto y el espacio referido entendido como una opción preestablecida”. (KALIMAN, 1994, p. 8).

O terceiro posicionamento apresentado pelo autor relaciona-se à recepção do texto literário. Partindo do pressuposto de que o texto é um objeto inerte e sem significado, assinala o papel do leitor que precisa processar o texto, a fim de possibilitar a concretização de uma experiência comunicativa. Fundamentado na relevância do leitor, acrescenta o conceito de comunidade discursiva, cujo significado remete a um grupo que compartilha expectativas e operações de processamento textual. Para Kaliman (1994, p. 10), essas comunidades “constituyen un espacio social, en un sentido no metafórico, en la medida en que están conformadas por individuos concretos y prácticas mediante las cuales se construyen y cobran sentido a los textos”. Afirma, também, que, em sentido empírico, os textos não existem, eles somente se concretizam nos atos realizados por falantes produtores e receptores de textos.

O autor entende a região como uma função sobre o espaço. Esse espaço circunscrito configura um conjunto de conceitos que inicia no próprio corpo e amplia-se até atingir o universo inteiro, o que limita as possibilidades de conhecimento direto. A região, então, torna-se uma instância mediatrix.

Stuart Hall, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2001), organiza uma reflexão sobre cultura e nacionalidade que é muito pertinente à situação latino-americana, muito embora a América Latina não constitua uma nação, mas um conjunto de países com problemas comuns, em busca de um rumo e de perspectivas para o futuro. Devido a essa particularidade, as considerações de Hall podem ser lidas, com muita propriedade, relativamente ao contexto latino-americano.

O autor identifica as modalidades nacionais de cultura, entre elas a literatura, como fontes importantes de identidade cultural. Afirma, ainda “que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*”. (HALL, 2001, p. 49, grifo do autor). Muito embora apresente diferenças regionais e étnicas, pode-se afirmar que na América Latina há uma espécie de “teto comum” que possibilita o estabelecimento de significados para as identidades culturais modernas. As culturas produzem sentidos com os quais as pessoas podem se identificar, construindo, assim, a sua identidade.

Partindo do princípio que uma discussão sobre regionalidade suporta o mesmo modelo de questionamento submetido por Hall à problemática da nacionalidade, é possível verificar que o autor considera a imbricação entre práticas sociais e discursivas. Como afirma que a composição de uma cultura é formada por símbolos e representações, ou seja, as nações são, em grande parte, imaginadas, o autor examina estratégias representacionais utilizadas para construir o senso comum do pertencimento. Assim, entre essas estratégias, Hall destaca: a) narrativa da nação, na qual procura analisar de que maneira os mitos de fundação são narrados na literatura, na mídia e na cultura popular. As representações de perdas, experiências partilhadas e todos aqueles eventos que dão sentido a uma comunidade imaginada interligam a vida cotidiana com a individual com um destino maior que já existia e que se prolongará no futuro; b) ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade, considerando que a identidade permanece, mesmo que em estado latente, na “verdadeira natureza das coisas”. (HALL, 2001, p. 53); c) invenção da tradição – a tradição inventada é construída no exercício de um conjunto de símbolos e rituais, cuja repetição institui valores e normas de comportamento, promovendo a continuidade do passado histórico; d) concepção de um povo puro, original, que, de certa maneira, recupera as teses de Rousseau do “*bon sauvage*”.

Para o autor, em uma época de globalização, portanto de homogeneização, acentua-se a valorização do diferente, por conseguinte, do regional, propiciando novas articulações entre o global e o local, o que possibilita a produção de novas identidades.

Essa valoração do regional é endossada também por Pozenato (2002, p. 590) no ensaio “Algumas considerações sobre região e regionalidade”. Nesse texto, o autor conceitua regionalidade como identificação e descrição das relações do fato literário com uma certa região. Em uma época de globalização, acentua-se a relevância da região. Destaca a

regionalidade, não como um projeto de oposição centro e periferia, mas como uma rede de relações que vai possibilitar o estabelecimento de novas relações.

Pozenato, em *O regional e o universal na literatura gaúcha* (1974, p. 20), indica como critério de regionalidade o reconhecimento do regional, mesmo sem o traço regionalista. Para o autor, a regionalidade abarca “toda a maneira de se posicionar frente ao mundo, aquilo que se chama comumente ‘estilo de vida’, e engloba tanto a *praxis* como o *ethos* que a preside”. Pode-se afirmar que existe tanto uma forma de conduzir-se bem como um conjunto de atividades humanas que imprimem um caráter de regionalidade à América Latina, e esse caráter está presente na ficção, a qual oferece a oportunidade de refletir sobre o presente e construir a utopia do futuro.

Considerações finais

A América Latina constitui uma região dotada de especificidades, que, ao mesmo tempo que a particularizam, oportunizando a representação de uma totalidade em relação a outros espaços, permite a apresentação de múltiplas facetas, devido aos processos históricos próprios de cada país. Essa característica contribui tanto para a riqueza e a diversidade das manifestações culturais, quanto para o estabelecimento de relações pertinentes entre os diversos segmentos que compõem a sociedade. Assim, o estudo da relação entre produção simbólica e espaço contribui não só para entender as peculiaridades históricas e culturais, como também para valorizar a regionalidade latino-americana.

O estudo da literatura escrita por mulheres, produzida na América Latina na qual está inscrita a regionalidade, é uma maneira relevante de repensar a história do continente, no momento em que “a ficção imaginária ilumina a realidade insatisfatória que lhe deu origem”. (CHAVES, 1988, p. 9). Isso, sem dúvida, possibilita a valorização de novas modalidades interpretativas, revisando o papel da mulher tanto na história quanto na literatura.

Notas

¹ A existência de situações sociais específicas que se repetem em diversos países é um dos aspectos relevantes que confirma a característica de regionalidade à América Latina.

² Essa questão remete aos conceitos de Foucault (*Microfísica do poder*. Rio de

Janeiro: Graal, 2000) que apresenta o poder como uma modalidade de controle disseminado pela estrutura social, a que todos estão submetidos. Assim, pode-se inferir que, na medida em que a mulher é oprimida por um sistema patriarcal, o opressor também está sujeito às normas e aos princípios do mesmo sistema.

Referências

- ARISTÓTELES. Poética. In: *Aristóteles, Horácio, Longino: a poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, D. Tradição e inovação na literatura latino-americana. In: _____. *Outros achados e perdidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BELLI, G. *O país sob minha pele: memórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BERTUSSI, L. Projeto releitura regionalismo e literatura na América Latina. *Cadernos de pesquisa*, Universidade de Caxias do Sul, v. 2, n. 8, p. 213-268, abr. 1995.
- CHAVES, F. L. *Ficção latino-americana*. Porto Alegre: UFRGS, 1973.
- CORONEL, R. R. Um diálogo com a história: romance e revolução. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. W. de (Org.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- IANNI, O. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- JAUSS, H. R. Estética da recepção: considerações gerais. In: LIMA, L. C. (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KALIMAN, R. J. *La palabra que produce regiones, el concepto de región desde la teoría literaria*. Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Historia y Pensamiento Argentinos, Jul., 1994.
- LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOPES, L. R. *História da América Latina*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- POZENATO, J. C. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: FELTES, H. P. de M.; ZILLES, U. de M. (Org.). *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- _____. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1974.
- QUEIROZ, V. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Rio de Janeiro: Eduff, 1997.
- SCHMIDT, R. T. Repensando a cultura, a literatura e o espaço de autoria feminina. In: NAVARRO, M. H. (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- _____. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? *LETRAS – Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS)*, jan./jun. 1998.
- SCHNEIDER, L. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, M.; NEIS, I. A. (Org.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 2000. (Col. Ensaios).
- SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- WEBER, M. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.